

A superficialidade da cobertura jornalística nos portais Estadão, G1 e UOL, frente ao conceito de cidade inteligente na cidade de São Paulo

Arquimedes Pessoni

Pós-doutor em Medicina na Faculdade de Medicina do ABC (linha de pesquisa em educação na saúde/Saúde Coletiva-2014). Possui graduação em Jornalismo pela Universidade Metodista de São Paulo (1984), mestrado e doutorado em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (2002/2005). Professor do corpo permanente dos Programas de Mestrado Profissionais em Inovação na Comunicação de Interesse Público e Inovação no Ensino Superior em Saúde da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Editor da revista Comunicação & Inovação (USCS, Qualis A4). Líder do grupo de pesquisa CNPq “Inovação em comunicação de interesse público em saúde”. E-mail: arquimedes.pessoni@prof.uscs.edu.br.

Regiane Maria da Silva Bianchini

Mestre em Comunicação de Interesse Público, com ênfase em Gestão da Comunicação de Interesse Público, pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Pós-graduada em Teorias da Comunicação, pela Faculdade Cásper Libero. Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo, pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Atua como consultora de comunicação empresarial. E-mail: regianebianchini04@gmail.com.

Resumo

O artigo tem como objetivo analisar a contextualização sobre cidades inteligentes na cobertura jornalística realizada pelos portais de notícias Estadão, G1 e UOL, a partir da meta anunciada pela prefeitura de São Paulo, para transformar a metrópole em uma smart city, no período 2017-2020. O estudo também pretende contribuir para ampliação do debate crítico sobre a comunicação de interesse público em projetos de smart cities, suas imbricações, repercussão na imprensa e consequências para o cidadão.

Palavras-chave:

Cidadania, cidades inteligentes, comunicação de interesse público

Abstract

The article aims to analyze the contextualisation of intelligent cities in the news coverage made by the portals in Internet Estadão, G1 and UOL, based on the goal announced by the city of São Paulo, to transform the metropolis into a smart city, period 2017-2020. The study also intends to contribute to the expansion of critical debate about the communication of public interest in smart cities projects, their imbrications, repercussion in the press and consequences for the citizen.

Keywords

Citizenship, smart cities, communication of public interest.

Introdução

A tônica do discurso político e de órgãos públicos suplanta o interesse público e do público, ao mesmo tempo em que representa a lógica comunicacional apresentada em canais de comunicação oficiais de governo e também em noticiários na Internet, a partir da cobertura jornalística sobre fatos que afetam direta e indiretamente a população.

Seguindo esse raciocínio, o objetivo principal deste artigo é analisar a contextualização do tema cidades inteligentes, na imprensa, em 152 notícias publicadas nos portais de Internet: Estadão, G1 e UOL, no período de janeiro de 2017 a outubro de 2018, a partir do seguinte

questionamento: como são tratadas as matérias jornalísticas sobre o anúncio da transformação da cidade de São Paulo em uma *smart city*?

Embora, o cenário ainda seja considerado insípido diante do volume de informação divulgado pelo poder público, versus a falta de capacidade de acesso e compreensão destes dados por parte do cidadão brasileiro, o fenômeno da cidadania digital é tema recorrente e crescente em pesquisas de origem nacional e internacional. Corroboram as pesquisas acadêmicas, desenvolvidas em núcleos sobre cidadania digital, no cenário das cidades inteligentes, e o próprio mercado, na figura da indústria da tecnologia, elevando o número de estudos acerca do assunto, dentro e fora do País.

A busca por informação também exige a leitura de dados brutos, sem tratamento prévio, análise apurada sobre determinados temas, compreensão e apreensão da informação, que passam a ser preponderantes para os profissionais de comunicação nas redações, especialmente aqueles que atuam diretamente na cobertura de temas relativos às cidades, o que nos faz repensar o papel do jornalismo na formação do cidadão, também abordado na análise das notícias que se apresentam neste artigo.

E a partir do ponto em que se coloca em pauta o interesse das pessoas, suas necessidades e reivindicações, a comunicação realizada pelo poder público pode ser desafiadora e, por este motivo, deve estar atenta à sua especificidade objetiva, como explicita Pierre Zémor (2009). O autor destaca a necessidade de o poder público exercer, por meio da comunicação dirigida à população, uma postura reflexiva, inclusiva e criadora de consciência cidadã.

Os desafios habitualmente destacados pela comunicação pública são de três ordens: a vizinhança frequentemente ambígua com a política; a tentação de adotar as ideias que reduzem o cidadão a um turista ou cliente da coisa pública; a dificuldade em admitir, perante as mídias, que ela tem como missão específica o serviço ao público, garantindo relações de qualidade, com a finalidade de melhor preencher seu próprio dever de informar. (ZÉMOR, 2009, p. 190)

Ainda que sem possuir referencial teórico, o internauta-cidadão necessita obter informações que o coloquem mais próximo da realidade de seu cotidiano. Como colocam Matos & Nobre e Gil (2013, p.16), “são significativas todas as iniciativas de se exigir que o exercício da comunicação em órgãos públicos se volte especificamente para o interesse da sociedade”.

A coerência entre o discurso e a prática no poder público

A comunicação de interesse público é antes de tudo um instrumento de domínio do poder público que, ao longo do tempo, tem se transformado em uma ferramenta de *marketing influence* corporativo, sob as mesmas regras estabelecidas por estratégias globais adotadas por multinacionais, como mencionam Cavesgil, Knight e Riesenberger (2010), em seu estudo sobre marketing global nas empresas.

No caso das cidades inteligentes, as mensagens apresentadas em campanhas institucionais das prefeituras municipais, bem como os conteúdos de sites oficiais, traduzem a linguagem de grandes conglomerados de tecnologia, mercado imobiliário, indústria da mobilidade urbana e refletem as narrativas corporativas construídas a partir do domínio tecnológico nas políticas públicas.

Um dos maiores conglomerados de tecnologia do mundo, a IBM, registrou sob seu domínio, em 2011, os termos *smart cities* e *smarter cities*, inaugurando uma marca registrada

no mercado e fixando como conceito o que se conhece hoje por cidade inteligente. De maneira estratégica, como revelam Söderström *et al* (2014) a multinacional passou a oferecer soluções para o mercado chamada de cidade digital, estabelecendo-se como a empresa que está presente em projetos nas áreas de saúde, educação, segurança, como foi no caso do Rio de Janeiro, na sala de controle criada para os grandes eventos realizados na cidade, Copa do Mundo e Olimpíadas.

Construiu-se assim um arcabouço de conceitos, nem sempre originados na área acadêmica, e que servem aos propósitos dos grandes *players* de mercado, como pode ser observado na Figura 1. Consultorias, empresas de tecnologia e de soluções para as esferas governamentais passaram a ditar o discurso sobre *smart cities* e a influenciar as pautas sobre o tema na cobertura de cidades, como veremos na análise dos resultados obtidos pela pesquisa.

Inicia-se, então, outra discussão, a da participação de empresas responsáveis por implementar projetos de cidades inteligentes, seja no setor das telecomunicações, de aparatos tecnológicos, Internet das coisas (IoT), entre outras, e de como elas ditam seus conceitos para a comunicação de interesse público. Ao definir a conceituação das *smart cities*, como ocorre em empresas como a IBM, Cisco, e demais empresas do setor, é formado o discurso ideal sobre as cidades inteligentes, aquele que comporá as peças publicitárias, as narrativas das mídias e, naturalmente, a comunicação de interesse público. Vanolo (2014), Hollands (2008) e Söderström *et al* (2014) referem-se à atenção que se deve dispensar a esses discursos e narrativas, em torno do mundo perfeito, da solução tecnológica ao alcance de um clique e que tudo resolverá, do tráfego intenso à inclusão do cidadão no sistema de governança do poder público.

A investigação sobre o tema revela a dicotomia contida na comunicação sobre o propósito dos projetos de cidade inteligentes: de um lado, as facilidades e benesses geradas para o cidadão, a partir da implantação de projetos de cidades inteligentes, de outro, a real acessibilidade oferecida à população, sem considerar habilidades e competências do público envolvido nestas ações, acesso à internet, pouca ou nenhuma familiaridade com aparatos tecnológicos, sem contar com a invasão à privacidade promovida por softwares utilizados em projetos de inteligência nas cidades, como alertam Sassen (2013) e Rolnik (2018).

Figura 01. Conceitos corporativos sobre *smart cities*

QUADRO CONCEITUAL EMPRESAS		
EMPRESAS	CONCEITO	ABORDAGEM
IBM	<p>Cidades inteligentes são aquelas que fazem uso otimizado de informações interconectadas para entender e melhor controlar operações e recursos. Essa é uma definição do ponto de vista dos dados.</p> <p>Tudo é integrado em uma só plataforma, que permite o gerenciamento eficiente dos serviços.</p> <p>→ Precisam de envolvimento de stakeholders para dar certo (universidades, empresas, ONGs).</p> <p>→ Construídas com base em planejamento.</p> <p>→ Devem otimizar a utilização de recursos.</p> <p>Voltadas para o aumento da qualidade de vida dos cidadãos</p>	<p><i>bottom-up</i> (de baixo para cima) <i>top-down</i> (de cima para baixo)</p> <p>No caso da aplicação <i>bottom-up</i>, as cidades trabalham com dados de sensores instalados pela cidade, câmeras de monitoramento, redes sociais, dentre outros.</p> <p>Ou seja: as decisões são tomadas de acordo com as atitudes e o pensamento dos usuários. Esse formato é muito utilizado nas grandes cidades que buscam tornar seus serviços inteligentes porque é uma questão de adaptação.</p>
CISCO	<p>Cidades inteligentes são aquelas que adotam "soluções escaláveis que tiram vantagem das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para aumentar a eficiência, reduzir custos e melhorar a qualidade de vida".</p>	<p>Soluções integradas, blueprint, com foco em educação e capacitação</p>
ACCENTURE	<p>Cidade inteligente = cidade que oferece serviços aos cidadãos e empresas de uma maneira integrada, com uso eficiente de recursos e permite colaborações inovadoras para melhorar a qualidade de vida dos habitantes e apoiar o crescimento da economia local e nacional</p>	<p>Disrupção tecnológica</p> <p>Convergência</p> <p><i>Symphonologie</i>: fazer negócios como se faz música</p>
ERICSSON	<p>Cidade inteligente é aquela que consegue reunir três pontos fundamentais:</p> <p>Infraestrutura</p> <p>Planejamento</p> <p>Inteligência de pessoas empreendedoras e criativas</p> <p>E por meios destes fatores a empresa está criando soluções para melhoria de qualidade de vida nos grandes centros urbanos</p> <p>Utilizam como exemplos semáforos inteligentes, prédios integrados, sustentabilidade e consciência social se unem em um mesmo pacote para implementar soluções para as cidades</p>	<p><i>Industry Internet of Things (IIoT)</i></p>

Elaborado pela autora

Partilha da mesma opinião Ernesto Vanolo (2014), ao mencionar o termo *smart city* como um *slogan* adotado por cidades europeias, na tentativa de atrair recursos financeiros e de implementar políticas públicas validadas pelo mercado. O autor chama a atenção para um novo comportamento nas cidades da União Europeia, que vem modificando o tom do discurso sobre *smart cities*, com o propósito de evitar críticas e promover a imagem destas localidades como algo benéfico à população. Outro ponto também observado por Vanolo (2014) reside no fato dos gestores públicos delegarem funções estratégicas às empresas privadas, que passaram a gerir não só os recursos públicos, mas também a interferir nas políticas públicas, fazendo emergir a influência do setor privado na gestão pública.

Sobre o *marketing* em torno das cidades inteligentes, o autor evidencia a necessidade de verificar quais são as consequências dos conceitos publicizados e que carregam os discursos sobre cidades inteligentes, ao sugerirem “uma redefinição do papel e significado das cidades para justificar racionalidades hipertecnológicas e novas geometrias de poder” (VANOLO, 2014, p. 882), criando uma nova identidade urbana, com diferente perfil de gestão, além de sugerir a exclusão social.

Esta crítica também é frequente entre pesquisadores e especialistas, como Rolnik (2018), Trigueiro (2018) e Santos (1998a) ao levantarem uma questão preocupante no Brasil: a eficácia das ações governamentais ser atribuída à tecnologia, mesmo em municípios nos quais os prefeitos não possuem capacitação técnica para o cargo, menos ainda para formulação e formatação de projetos desta espécie. Como assinala Milton Santos (1998a), “ações que têm por base intelectual e ideológica comportamentos corporativos têm eficácia reduzida ou nenhuma na formulação da consciência social e como contribuição válida ao desenvolvimento social” (SANTOS, 1998a, p.75).

Neste sentido, a comunicação de domínio público utilizada para divulgar projetos de cidades inteligentes, teria como diferencial torná-los um conjunto bem-sucedido de ações, sempre voltado a elevar a qualidade de vida do cidadão a partir da mesma retórica, acompanhando desta forma o discurso da administração pública e do setor privado, como destaca Koçouski (2013):

[...] comunicação pública é uma estratégia ou ação comunicativa que acontece quando o olhar é direcionado ao interesse público, a partir da responsabilidade que o agente tem (ou assume) de reconhecer e atender o direito dos cidadãos à informação e participação em assuntos relevantes à condição humana ou vida em sociedade. (KOÇOUSKI, 2013, p.54)

A princípio, o questionamento sobre o que são cidades inteligentes esbarra em conceitos teóricos, citados por estudiosos do assunto, e a lógica comercial praticada pelos grandes *players* do mercado de tecnologia. Torna-se necessário compreender o que é, de fato, uma *smart city*, partindo dos princípios humanos, cidadãos e sustentáveis.

Vários pesquisadores de áreas multidisciplinares se propuseram a estudar as cidades - não só sob o aspecto de inovação tecnológica, como os denominados tecnicistas: Castells (2012); Lemos e Lévy (2014); Rasoolimanesh, Badarulzaman e Jaafar (2011); Washburn e Sindhu (2010); mas passaram a considerar o senso de pertencimento e protagonismo de seus habitantes. É na visão contundente de autores como Jordi Borja (2014), Richard Florida (2003), Rudolf Giffinger (2007 e 2010); Robert Hollands (2008); Raquel Rolnik (1998 a 2017); Saskia Sassen (2013); Komninos e Sefertzi (2008) que se encontram as implicações trazidas ao cidadão, com a ideia das cidades inteligentes, reunidos num arcabouço mais crítico sobre o tema, quase que exigindo a participação das pessoas no desenvolvimento de soluções locais.

Igualmente necessária é a implementação de políticas públicas eficazes que possam beneficiar a população, porém, o que ainda se deve levar em consideração na comunicação

sobre as cidades inteligentes, de acordo com Giffinger *et al* (2007), Söderström (2014) e Vanolo (2014) são as consequências geradas a partir das mudanças sem participação popular, com uma visão apurada sobre para que lado pendem os benefícios prometidos em projetos de *smart cities*, isto é, se atendem somente aos propósitos corporativos dos setores econômicos envolvidos, em detrimento até mesmo do poder público, ou se realmente atendem às necessidades da população.

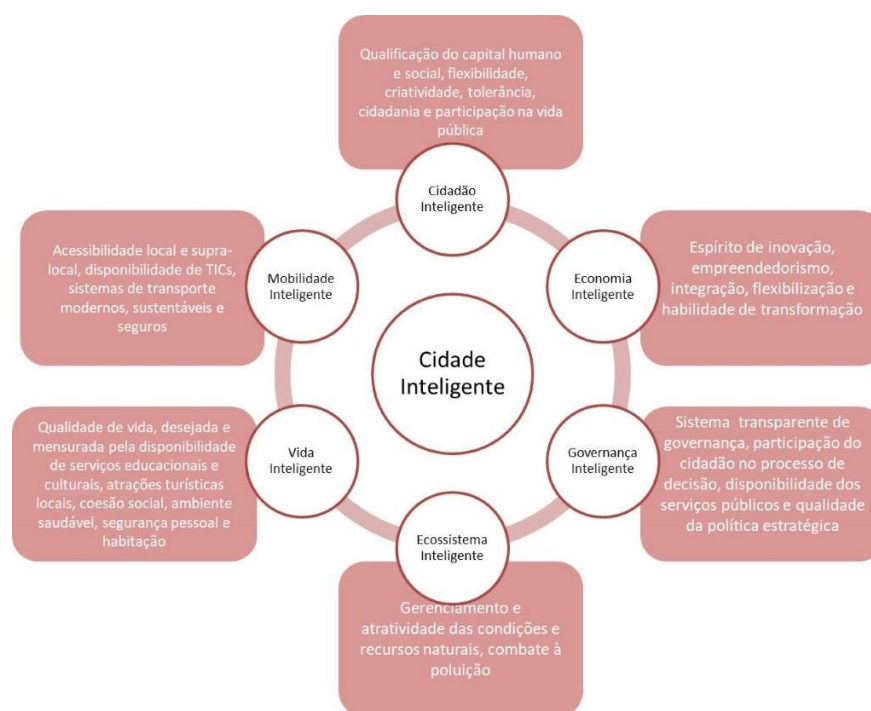
Para ampliar o debate sobre o papel das cidades inteligentes, o grupo de estudos *Urban Systems and Dynamics*, do qual Giffinger também faz parte, analisou setenta cidades europeias e gerou um relatório sobre *smart cities* ao redor do mundo. A pesquisa constatou que as cidades inteligentes, no que se refere à espacialidade territorial, às questões culturais, econômicas, precisam atuar sem deixar de lado o entorno, as áreas rurais, os impactos para as pessoas e negócios locais, além da promoção da cidadania.

O ecossistema da inteligência nas cidades transcende a questão do uso das tecnologias, bem como a unilateralidade do poder público no atendimento às demandas do mercado, devem ser muito bem analisadas e levadas à discussão da sociedade, como coloca Vanolo (2014), ao discutir a inserção do cidadão, em uma referência à inteligência pretendida nas cidades, ou como ele mesmo denomina, a *smartmentality* (VANOLO, 2014). Para o autor, é necessário iniciar este movimento inteligente nas bases, ou seja, no sistema de educação em todo o mundo, fazendo que as pessoas saibam ler, escrever, interpretar informações, construindo uma nova maneira de enxergar o mundo e sua essência.

A este respeito, a produção de "cidadãos inteligentes" pode ser vista como um instrumento de "governo à distância". Um exemplo poderia ser a pressão para um tipo de autocuidado inteligente que inclui a oportunidade de aprendizado tecnológico vitalício. Outro exemplo pode ser a manipulação de estilos de vida para consumo verde e turismo ecológico. A inteligência está se tornando um campo de controle social que torna a intrusão na vida privada de uma pessoa bastante natural; Como resultado, precisamos prestar atenção às metas estabelecidas no quadro e ao rótulo dado aos projetos de cidades inteligentes. (VANOLO, 2014, p. 895, 2014, tradução nossa)¹

Giffinger *et al* (2007) consideram a inteligência de uma cidade a partir da sua atuação voltada ao futuro, priorizando questões como “conscientização, flexibilidade, transformação, sinergia, individualidade, auto decisão e comportamento estratégico” (GIFFINGER *et al*, 2007, p. 2290). A partir do estudo realizado pelo autor, reunimos em um esquema conceitual uma visão integrada do que poderia ser abordado de maneira crítica nas comunicações sobre projetos de *smart cities* pela imprensa.

Figura 02. Esquema de Giffinger *et al*



Elaborado pela autora

Metodologia analítica

O delineamento da pesquisa documental exploratória (GIL, 2016), com recorte nas notícias sobre a meta estabelecida pela prefeitura de São Paulo em seu plano diretor, no sentido de tornar a capital uma cidade inteligente e seus atributos, analisa notícias nos portais eletrônicos G1, Estadão e UOL, utilizou-se da análise de conteúdo e suas etapas, fundamentadas por Bardin (2016) e Krippendorff (1990). Mesmo com elementos quantitativos, obtidos ao longo da pesquisa, seu caráter é qualitativo, de natureza empírica, em nível exploratório, no qual predomina a análise do objeto em questão.

Para realizar o contraponto da informação, foi necessário efetuar também o levantamento documental de conteúdos disponíveis nos sites dos órgãos públicos, neste caso, o site da prefeitura e das secretarias de Educação e Tecnologia municipais para haver o contraponto entre o que foi divulgado pelo poder público e o que foi publicado pela imprensa, validado por Gil (2016). Ainda na composição da análise dos resultados, foram entrevistados jornalistas que atuam ou atuaram em redações de jornais e revistas, bem como houve a participação em fóruns de discussão sobre o tema, com o propósito de ampliar a leitura do cenário atual sobre o exercício do jornalismo e o protagonismo das cidades nas coberturas dos veículos de comunicação analisados.

O material compilado, em forma de conteúdo, foi submetido à categorização no *software* ATLAS.ti 8 e, numa segunda etapa, a reunião dos títulos das notícias em planilha Excel, com todos os códigos gerados no sistema mencionado, formando um banco de dados que contém prevalência de temas, palavras mais utilizadas, notícias em que o tema cidades inteligentes foram tratados para possibilitar uma leitura mais aprofundada, com foco na análise de conteúdo, constituindo a etapa qualitativa do estudo.

De posse do material, foram gerados três recortes analíticos: a) multiplicidade de temas (categorias geradas pelo sistema Atlas.ti 8); b) conteúdos discursivos (mensagens da prefeitura

de São Paulo) e c) conceitos sobre cidades inteligentes (a partir da conceituação da academia e do mercado), que serviram para balizar alguns critérios de avaliação, como a realidade das redações no contexto histórico do jornalismo, a compreensão de como ocorre a cobertura de cidades nos noticiários e a prevalência de matérias sem continuidade ou aprofundamento.

Neste caso, foi utilizada a teoria do enquadramento, à luz de teóricos como Hackett (1993), que rebate a questão da objetividade e parcialidade, pois estas constituem um argumento frágil e isolado, o conceito do enquadramento, uma espécie do segundo nível da *agenda-setting*, abre um novo olhar à análise de conteúdo. Como na janela pictórica da fotografia, este é um dos fenômenos que permite ampliar o olhar ao conceituar e analisar conteúdos jornalísticos sob diferentes vieses. Pela visão de Porto (2004) o enquadramento “oferece um instrumento para examinar empiricamente o papel da mídia na construção da hegemonia, no sentido gramsciano”, intelectual e moral na sociedade (PORTO, 2004, p. 76).

Análise e discussão de resultados

Para seguir os critérios estabelecidos, foram levantadas 152 matérias jornalísticas dos sítios de notícias G1, Estadão e UOL, no período de janeiro de 2017 a outubro de 2018, que versavam sobre o tema cidade inteligente, nas quais a cidade de São Paulo era protagonista e o discurso vinha de porta-vozes do órgão público, seja pelas entrevistas ou comunicações oficiais realizadas pela prefeitura.

Ao estudo soma-se a análise do Plano Diretor Estratégico e o Programa de Metas estabelecido para a gestão 2017-2020, cujo eixo voltado à concepção da cidade inteligente para São Paulo é o de Desenvolvimento Econômico e Gestão, tendo as secretarias de Inovação e Tecnologia (SMIT) e de Gestão (SMG), cujos projetos integram setores cruciais ao desenvolvimento de infraestruturas, gestão e transparência de informação.

Desenvolvimento Econômico e Gestão – Foi articulado em torno da ideia de uma **cidade inteligente**, eficiente, que gera oportunidades e simplifica a vida das pessoas. Ele é composto pelas Secretarias de Fazenda (SF); de Desestatização e Parcerias (SMDP); de Gestão (SMG); de Inovação e Tecnologia (SMIT); e de Trabalho e Empreendedorismo (SMET). Foram desenvolvidos 14 projetos estratégicos, com o objetivo de se atingir as 11 metas estabelecidas pelo eixo. (PROGRAMA DE METAS DA PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2017, p. 5-6, grifo nosso)

A análise das notícias passa também pela decisão e organização das pautas nas redações, a partir da reflexão acerca do papel dos jornalistas, em um cenário no qual a produção da notícia passou a ser descentralizada, com diferentes vertentes interpretativas sobre um mesmo fato e do exercício ético na profissão.

Foram escolhidos os três portais com maior presença e representatividade na região Sudeste e na capital paulista e também os que apresentam maior número de acessos - medidos por cliques únicos em seus respectivos portais, como segue:

Tabela 1. Número de acesso aos portais de notícias

Portal	Número de acessos (pageviews/mês)	Número de visitantes
Estadão	132,8 milhões	31 milhões
G1	510,4 milhões	52,8 milhões
UOL	1,3 bilhão	145 milhões

Fonte: Sites Estadão, G1, UOL em dez/2018

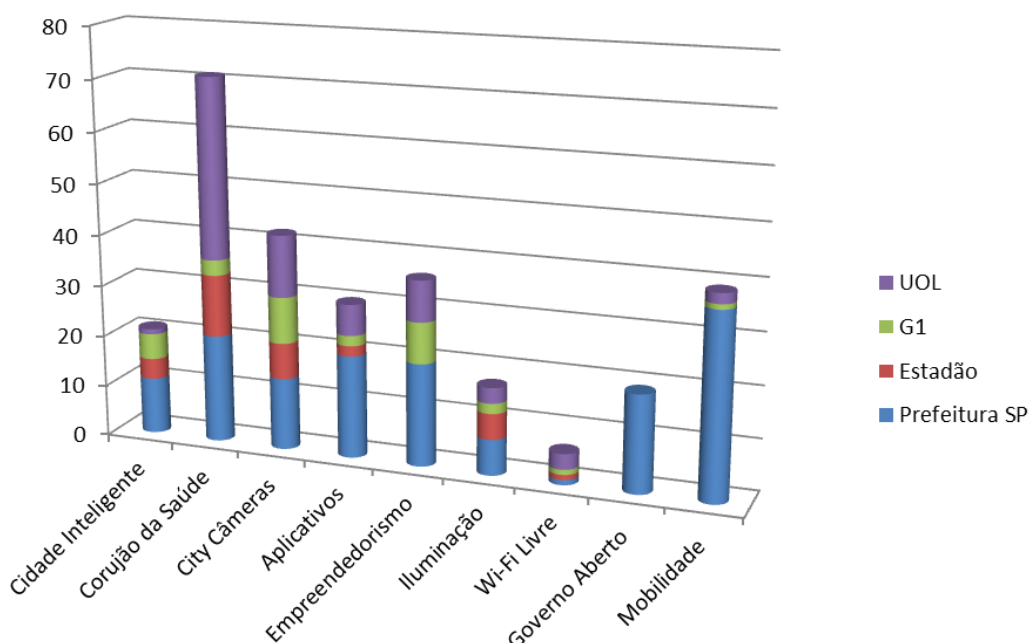
Das 152 matérias coletadas, 32 foram do portal Estadão, 43 do G1.com e 77 do UOL. Após buscar os conteúdos em editorias específicas, notou-se que a informação sobre cidades inteligentes segue a sua máxima conceitual da multidisciplinaridade. Observa-se no Quadro 02, que não há editoria específica para tratar de cidades inteligentes, isto é, as notícias estão presentes em editorias de Cidades, Tecnologia, Educação, Saúde, Empreendedorismo, Negócios, Economia, Política e Marketing, reforçando a pluralidade que o tema sugere, assim como a construção de seu conceito, difusa por áreas como a Arquitetura, Administração, Educação, Tecnologia, Indústria, Saúde, Comunicação.

Foram detectados outros temas que não estão diretamente ligados à implantação do projeto de cidade inteligente em São Paulo, mas utilizados pela prefeitura como chamarizes para a imprensa, como foi o caso do lançamento do Corujão da Saúde, sistema para marcação de exames, que já encontrava-se há meses sem solução para a população e que passou a ser feita por *software* específico, para realização dos exames de maneira descentralizada do poder público, com a parceria entre a secretaria da Saúde e hospitais e clínicas particulares.

Este foi o assunto mais obteve repercussão na imprensa, durante a gestão de Dória frente à prefeitura, tendo mais de 50 notícias, porém, sem mencionar que esta era uma das frentes para a implantação do projeto de cidade inteligente, como estabelecido pelo Plano Diretor Estratégico da cidade, como pode ser observado no Gráfico 01.

Do total geral avaliado, apenas 10 destacavam diretamente o tema cidades inteligentes, sendo que destas quatro estavam relacionadas à viagem do então prefeito de São Paulo, João Dória Jr, à China; outras duas eram sobre empreendedorismo e inovação tecnológica e pegavam carona no tema das *smart cities*, duas eram artigos assinados por columnistas, mais uma sobre o ranking das CI no Brasil e a última falava sobre a anulação de contrato para renovar o sistema de iluminação na cidade, em parceria público-privada.

Gráfico 01. Temas recorrentes



Elaborado pela autora

Após leitura flutuante, análise de prevalência de termos, no software Atlas.ti8, de conteúdo e contextualização, notou-se em todas as matérias o uso do termo cidade inteligente, porém, apenas as matérias do G1/Pequenas Empresas Grandes Negócios, sob os títulos “Startups faturam criando soluções para cidades inteligentes” e “Não é apenas tecnologia que constrói uma cidade inteligente”, ambas publicadas em 10/12/2017, tratavam de empreendedorismo e conseguiram formar um conjunto de informações ao leitor, além da entrevista realizada com a pesquisadora em *smart city*, Stella Hiroki, que fala sobre a necessidade da comunicação, inclusão e respeito à cultura local para que projetos deste tipo possam ser bem-sucedidos do ponto de vista cidadão.

Quanto à cobertura da visita do então prefeito de São Paulo, João Dória Jr., à China, com o objetivo de angariar recursos financeiros e equipamentos, para a consecução do projeto de cidade inteligente na capital paulista e da qual os jornalistas dos portais analisados viajaram a convite da prefeitura de Xangai, observa-se a parcialidade das matérias, dada a abordagem. Não há informação contextualizada sobre a parceria firmada por Dória com as empresas chinesas para doação de equipamentos de segurança, nas denominadas parcerias público-privadas (PPPs), o que representam as doações; se haverá algum tipo de contrapartida e qual será e o que isto representa para a prefeitura, a cidade, o cidadão.

Quadro 1. Matérias por veículos e editorias

Veículo	Número de matérias analisadas	Editorias	Destaque
Estadão	32	Cidade Política Economia Marketing (Blog Marcas) Causas e	Doações de chineses a Doria Por que o cidadão deve apoiar projetos de CI
G1	43	Cidade Política Economia/Tecnologia Empreendedorismo (PEGN)	Viagem de Dória à China para pedir recursos Qual é a inteligência da cidade para os pequenos empreendedores Ranking das cidades inteligentes no Brasil
UOL	77	Cotidiano Saúde Economia/Mercado Política/Poder Tecnologia (Colunistas) Educação (Agora)	Agenda de Dória na China Falta de privacidade dos dados em <i>wi-fi</i> gratuito Como a participação popular é explorada para elevar a exposição do gestor público

Elaborado pela autora

Sob o título “Dória viaja para a China em busca de empréstimo para o setor de transporte”, publicada no portal G1.com, em 22/07/2017, não existe a construção de um racional que vá além do discurso do poder público, complementando com fontes de informação externas o outro lado da notícia, como este tipo de parceria pode auxiliar ou não a implantação do projeto de cidade inteligente em São Paulo, por exemplo. O texto traz algumas indicações que poderiam suscitar outras pautas:

O secretário municipal de Relações Internacionais, Júlio Serson, diz que eles irão em busca de conceitos de smart cities (cidades inteligentes) para aplicar em São Paulo, usando a tecnologia para melhorar a infraestrutura urbana [...]

[...] De acordo com a Prefeitura, a China é o maior parceiro comercial do município de São Paulo. A Cidade exportou US\$ 1,2 bilhão e importou US\$ 1,9 bilhão no ano de 2016. Segundo a administração municipal, a China tem muitos investidores interessados nos projetos da capital paulista. (G1, 2017, Internet)

Mais adiante encontramos, na mesma matéria, a agenda de compromissos do prefeito, e o objetivo da viagem, que é o de firmar parcerias com a China, porém não esclarece quais serão as medidas adotadas pela prefeitura a partir de uma ação como esta, não detalha quais seriam os tais conceitos sobre cidade inteligente ou a que tipo de infraestrutura seriam aplicadas novas tecnologias. Ao falar sobre o interesse daquele país em projetos da capital paulista também não há nenhuma menção a quais projetos seriam estes e qual seria a motivação do governo chinês.

A viagem do prefeito à China também foi tratada pelo portal UOL, sob o título “Dória busca ideias em cidade chinesa que cobra passagem com leitura facial”, assinada por Anna Virginia Balloussier, divulgada no dia 26/07/2017. A matéria eleva as qualidades da cidade chinesa de Yinchuan ao abordar a sua transformação em uma cidade “esperta”, como coloca a repórter, com enfoque no sistema de pagamento de passagens do transporte urbano, com a leitura facial dos passageiros. A exemplo da reportagem anterior, o conteúdo da matéria relata as intenções do prefeito em transformar São Paulo em cidade inteligente, porém, sem explicar como isso ocorrerá.

O tucano diz ter como meta transformar a Cidade numa *smart city* até o final da gestão. Doria acha que São Paulo está no caminho certo, mas Yinchuan é a prova de que o slogan que lhe é tão caro, #acelera, cabe à sua gestão. (UOL, 2017, Internet, grifo nosso)

Já o texto do Blog Causas e Marcas, publicado no portal Estadão, no dia 17/08/2017, sob o título “Como transformar São Paulo em uma cidade inteligente?” e os textos “Não é apenas tecnologia que constrói uma cidade inteligente” e “Startups faturam criando soluções para cidades mais inteligentes”, ambos do portal G1, são os que têm como tema central os conceitos de *smart cities*, entretanto, com visões bem distintas sobre o assunto.

Assinado por Wal Flor, o Causas e Marcas trata das cidades inteligentes sob a concepção das empresas de tecnologia, com a urgência de adotar soluções, independentemente das questões sociais, embora em determinado momento evidencie a questão da participação de múltiplos *stakeholders* na sociedade:

O prefeito de São Paulo, João Doria, quer transformar a capital numa *smart city*, mas para isso precisamos garantir uma agenda *multistakeholder* envolvendo governo, empreendedores, investidores, iniciativa privada e organizações sociais. Só assim vamos alinhar os principais desafios e as metas que queremos alcançar. É um projeto da cidade, não pode ser de apenas um governo, de uma gestão. (FLOR, 2017, Estadão *online*)

Igualmente importante frisar que os jornalistas responsáveis pela cobertura de temas nos quais a cidade é protagonista, especialmente a capital paulista, são destacados a realizar várias reportagens, simultaneamente, mas não pessoalmente. Há ainda fatores exponenciais, como a falta de preparo do profissional destacado para a cobertura, pautas inconsistentes, interesses das empresas de comunicação, falta de capacitação sobre o tema, como colocam os jornalistas depoentes em entrevistas e em exposições em eventos da área de comunicação de interesse público.

A prevalência de notícias mais sucintas, de uma cobertura fast-food, sem aprofundamento em temas intrínsecos à vida das pessoas aparece nos depoimentos dos

jornalistas André Palhano, Luciano Máximo e João Gabriel de Lima, sobre a cobertura de temas cotidianos nas cidades, com percepções bem semelhantes a respeito de como as pautas sobre cidades vêm sendo compostas.

Questionamentos fazem parte do jornalismo

A academia também gera questionamentos sobre a implementação de projetos *smart* e expõe na coluna de Ronaldo Lemos, na Folha de S.Paulo/UOL, a falta de domínio sobre a privacidade de dados fornecidos à prefeitura de São Paulo, durante acesso do *wi-fi* livre. O tema foi abordado sob o seguinte título: “São Paulo pode violar a privacidade em programa ‘Wi-Fi Livre’”, publicado no dia 24/07/2017, e repercutiu estudo feito pelo pesquisador Bruno Bioni, no mesmo período em que ocorre a viagem do então prefeito João Dória à China.

Lemos é advogado da área do Direito Digital e um dos responsáveis pelo Marco Civil da Internet no país, profissional que transita entre múltiplas áreas, inclusive na comunicação, acadêmico estudioso sobre o tema das mídias digitais, cidades inteligentes e dos direitos civis em tempos de transformação da sociedade 4.0 no mundo. Ao repercutir o estudo feito pelo pesquisador Bruno Bioni, sua coluna faz um alerta ao leitor, no melhor estilo do jornalismo cidadão e de prestação de serviços, ao relatar que “São Paulo está caminhando para adotar um sistema de acesso público à Internet por Wi-fi que pode colocar em risco a privacidade dos paulistanos e das paulistanas” (UOL, 2017, Internet).

Ao mesmo tempo, em que narra de maneira divertida a questão legal do assunto, Lemos (2017) explica como o leitor pode estar fornecendo seus dados sem mesmo saber. O estudo ao qual se refere Lemos levanta questões como a apropriação indébita de dados do cidadão paulistano, a falta de transparência do poder público e a ação do prefeito, ao vetar dois artigos da lei municipal que criava o programa *Wi-Fi Livre*, alegando que a prefeitura iria “buscar modelos alternativos de provimento e financiamento” de conexão pública para acesso à Internet, o que, na coluna foi tratado como inconstitucional e amador:

Madame Natasha traduziria esse português truncado da seguinte forma: a prefeitura quer implantar um sistema para coletar e analisar os dados pessoais dos cidadãos e cidadãs que usarem o serviço. Quer também analisar a navegação de cada pessoa e vender esses dados para a iniciativa privada como forma de gerar receita. (LEMOS, UOL, 2017)

Ao referir-se sobre a questão da apropriação de dados pelo órgão público, Lemos (2017) coloca mais uma interrogação na sala de estar, ainda sem respostas, como endossa Rolnik (2018), ao falar sobre o direito do cidadão à privacidade: o descolamento da mensagem da prefeitura em relação às suas ações, compondo a dúvida que nos propõe a ética do discurso na comunicação na comunicação pública e de interesse público, que Habermas (2004) classifica como regras ou princípios, que regulamentam uma discussão e ou negociação em torno de um ponto moral para um grupo, até que haja concordância em favorecer a um elemento se for do agrado e conveniência de todos.

Em outro aspecto encontra-se o papel da “comunicação de utilidade pública”, na visão de Zémor (2009, p.191), que transpõe a função de seguir a ação dos poderes e serviços públicos, como é caso da agenda do prefeito em três dos veículos de massa mais acessados do País na *web*:

Ela pode dar sinais de compreensão e de solidariedade em resposta às demandas irracionais que se apoiam nos temores ou na emoção. Mas é necessário afastar dela os registros de uma comunicação que atrofia o sentido

e reduz a capacidade de tratamento de nossa cota de complexidade. Ela deve ter outra criatividade, diferente da que se restringe aos registros da promoção ou da injunção. (ZÉMOR, 2009, p.191)

A falta de uma política de privacidade de dados no âmbito do governo municipal, o questionamento sobre como são ou serão usados os dados das pessoas e o que a prefeitura e a iniciativa privada farão com estas informações, a partir do cadastramento em sistemas de *Wi-fi* gratuito em São Paulo, além do tema estar no radar da academia, fazem um paralelo ao noticiário diário, cuja reprodução do discurso de políticos e empresas não é questionado pelos jornalistas, de maneira que o poder público tenha de tomar outro rumo em suas ações.

A análise também sugere que a comunicação realizada pela prefeitura também influencia as decisões nas redações, no momento de determinar qual será a abordagem dada ao cotidiano da cidade. Há notícias sobre lançamentos de aplicativos, instalação de câmeras de segurança na cidade, que indicam a simples transferência de informações da assessoria de imprensa para as páginas dos jornais e sites de notícias, sem inferência dos profissionais nas redações. Outro fator observado neste estudo é a reprodução das matérias on-line nos jornais do dia seguinte, sem ampliação das pautas, que poderiam ocupar outro nível de discussão na sociedade.

Considerações finais

A ideia inicial deste artigo era a de verificar como a imprensa comunica o conceito de cidades inteligentes, a partir dos discursos do poder público, no caso a prefeitura do município de São Paulo, ao realizar as coberturas sobre tema. Após o resultado qualitativo, observa-se que o assunto é tratado de maneira superficial, sem quaisquer análises sobre possíveis consequências decorrentes da implantação de um projeto de cidade inteligente, mesmo diante da oportunidade de desenvolvimento de pautas posteriores e complementares.

O estudo permitiu ampliar a percepção sobre a cobertura jornalística acerca das cidades e não somente sobre o tema das cidades inteligentes, mas sobre outro tipo de ações que possam impactar a vida das pessoas, principalmente no que dizem respeito às políticas públicas das cidades. Apesar da produção de conteúdo ter se ampliado com o acesso à Internet, o uso das Redes Sociais, a produção colaborativa das pessoas em torno de novos formatos de se comunicar e da crescente demanda pela divulgação dos direitos cidadãos, há ainda faltam conhecimento e compreensão das políticas públicas, do funcionamento dos setores da sociedade e do envolvimento das pessoas.

Sob outro prisma, o conceito de cidades inteligentes ainda encontra-se em construção, mesmo sendo este o período mais profícuo em relação ao desenvolvimento de projetos em que a cidade é a protagonista. A melhoria da qualidade de vida na urbe é a tônica do século, afinal, somamos mais de 85% de pessoas vivendo em cidades brasileiras. Tal nível de concentração representa mais problemas, a curto e médio prazos, nos grandes centros, como aglomeração e adensamento urbanos, nível de mobilidade reduzido, bem como aumento na demanda pelos serviços públicos, o que necessitará também de uma imprensa atenta, atualizada e disposta a colocar os seus conhecimentos e serviços à disposição da sociedade.

Temos pelas narrativas comunicativas das empresas de tecnologia, do poder público, do marketing político e da imprensa, um cenário inovador, de maravilhas tecnológicas, nas cidades espetáculo, que nos provêm somente de resultados satisfatórios. É como se todos os problemas das cidades e dos cidadãos acabassem ao utilizarmos ferramentas tecnológicas, porém, o teor das mensagens ainda está muito distante da vida das pessoas. Porém, o que se percebe são as linhas invisíveis e, cada vez mais, divisórias entre as novas tecnologias, as novas formas de se

viver e o ser humano.

As cidades inteligentes têm sido amplamente divulgadas como territórios inclusivos, mas, funcionam como um novo fator de exclusão social, se considerarmos que os dados fornecidos pelo cidadão servem como uma ferramenta de segregação. Assim, quem tem determinados hábitos e costumes pode estar ou não apto a viver no conforto das cidades inteligentes, como argumenta Rolnik (2018). Por este motivo, cresce a importância de se promover essa reflexão crítica sobre os discursos alardeados sobre as *smart cities*, inclusive pela estratégia comunicativa ou de marketing das cidades.

Não raro, os fóruns populares de discussão vêm se esvaziando a cada dia, por decisão do poder público e pela própria falta de interesse do cidadão. Afinal, não existe tecnologia à prova de seres humanos. São as pessoas que desenham as arquiteturas de sistemas, os seus usos e determinam quem pode ou não utilizá-los. Então, que os novos detentores do poder 4.0, da revolução digital, pensem também em democratizar o uso da tecnologia, levando para além fronteira a possibilidade de empoderar o cidadão.

Referências

- BALLOUSSIER, Anna Virginia. Dória busca ideias em cidade chinesa que cobra passagem com leitura facial. **UOL**. Publicado em 26 jul. 2017, às 02h00. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/07/1904356-doria-busca-ideias-em-cidade-chinesa-que-cobra-passagem-com-leitura-facial.shtml>. Acesso em 23 abr. 2019.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luís Antonio Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016, 3 ed., 2016.
- BORJA, Jordi. Cidades Inteligentes ou vulgaridade de interesses. *In: ArchDaily*, 24 abr. 2014. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/601260/cidades-inteligentes-ou-vulgaridade-de-interesses>. Acesso em 23 abr. 2019.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.
- Centre for Cities.
- CAVUSGIL, S. T.; KNIGHT, G.; RIESENBERGER, J. R. **Negócios Internacionais: estratégia, gestão e novas realidades**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
- Dória viaja para a China em busca de empréstimo para o setor de transporte. **G1.com**. Publicado em 22 jul. 2017, às 07h29. Disponível em <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/doria-viaja-para-china-em-busca-de-emprestimo-para-o-setor-de-transporte.ghtml>. Acesso em 23 abr. 2019.
- FLOR, Wal. Como transformar São Paulo em uma cidade inteligente. **Blog Causas e Marcas. Estadão**. Publicado em 17 ago. 2017, às 11h41. Disponível em <https://economia.estadao.com.br/blogs/causas-e-marcas/como-transformar-sao-paulo-numa-cidade-inteligente/>. Acesso em 23 abr. 2019.
- FLORIDA, R. A ascensão da classe criativa. E seu papel na transformação do trabalho, do lazer, da comunidade e do cotidiano. Tradução Ana Luiza Lopes. São Paulo: LP&M Editores, 2003.
- GIFFINGER, R.; GUDRUN, H. Smarter Cities Ranking: An Effective Instrument for the Positioning of Cities? **ACE: Architecture, City and Environment**, v. 12, 2010, p. 7-25.
- GIFFINGER, Rudolf et al. City-ranking of European medium-sized cities. **Cent. Reg. Sci. Vienna UT**, 2007, p. 1-12.

- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed., 7. reimp., São Paulo: Atlas, 2016.
- HACKETT, Robert. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos media noticiosos. *In*: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993. p. 101-130.
- HOLLANDS, Robert G., Will the real smart city please stand up? Intelligent, progressive or entrepreneurial? **CITY**, Vol. 12, Nº 3/12/2008; 2008; ISSN 1360-4813, print/ISSN 14703629 online/08/030303-18 © 2008 Taylor & Francis DOI:10.1080/13604810802479126.
- KOÇOUSKI, Marina. Comunicação Pública: construindo um conceito. *In*: MATOS, H. (org.). **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, 2013, p. 41-57.
- KOMNINOS, N. e SEFERTZI, E. Intelligent Cities: R&D offshoring, web 2.0 product development and globalization of innovation systems. **Anais eletrônicos...** Second Knowledge Cities Summit 2009, Shenzhen, China, 5-7 Nov. 2009. Disponível em: <http://www.kcsummit2009.com/eng/index.html>. Acesso em 23 abr. 2019.
- KRIPPENDORFF, Klaus. **Metodología de análisis de contenido teoría y práctica**. Barcelona, Ediciones Paidós, 1990.
- LE MOS, André; LÉVY, Pierre. Os primeiros passos da ciberdemocracia, comunidades engenhosas e cidades digitais. *In*: LEMOS, André; LÉVY, Pierre. **O Futuro da Internet: Em direção a uma ciberdemocracia planetária**. 4.ed. São Paulo: Paulus, 2014, p. 115-135.
- LE MOS, Ronaldo. São Paulo pode violar a privacidade em programa ‘Wi-Fi’ Livre. **UOL**. Publicado em 24 jul. 2017. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/signup.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ronaldolemos/2017/07/1903596-sao-paulo-viola-a-privacidade-em-projeto-wi-fi-livre.shtml>. Acesso em 23 abr. 2019.
- MATOS e NOBRE, Heloiza Helena e GIL, Patrícia. Alternativas ao conceito e à prática da comunicação pública. **Revista Eptic Online**, Sergipe, vol. 15 n. 2, p.12-27, mai-ago 2013.
- MÍDIA KIT ESTADÃO. **Portal Estadão**. Disponível em: <https://www.publicidadeestadao.com/>. Acesso em 23 abr. 2019.
- Mídia Kit G1. Portal G1. Disponível em <https://negocios8.redeglobo.com.br/Paginas/Midia-Kit.aspx>. Acesso em 23 abr. 2019.
- MÍDIA KIT UOL . Portal UOL. Disponível em: https://noticiasdatv.uol.com.br/media/uploads/midia_kit/midia_kit_6jan16.pdf. Acesso em 23 abr. 2019.
- PORTO, Mauro. Enquadramentos da Mídia e Política. *In*: (Org.) RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Comunicação e Política**. Conceitos e abordagens. Salvador : Edufba, 2004, p. 76-104.
- PROGRAMA de Metas São Paulo 2017-2020. Planeja SAMPA. Prefeitura de São Paulo. *In*: **Planeja Sampa**. Disponível em: <http://programademetas.prefeitura.sp.gov.br/> Acesso em 23 abr. 2019.
- RASOOLIMANESH, S. M.; BADARULZAMAN, N., e JAAFAR, M. Achievement to Sustainable Urban Development using City Development Strategies: A Comparison between Cities Alliance and the World Bank definitions. **Journal of Sustainable Development**, Vol. 4, No. 5; Out. 2011. Disponível em <https://scholar.google.com/citations?view_op=view_citation&hl=th&user=De4raQIAAAAJ&citation_for_view=De4raQIAAAAJ:u-x6o8ySG0sC> Acesso em 02 jul.2017
- ROLNIK, Raquel. **Construindo Cidades Inteligentes**. Colóquio GloboNews Prisma. São

Paulo, mai. 2018.

_____. Para além da lei: legislação urbanística e cidadania. São Paulo 1886-1936. *In: Direito Urbanístico*. Belo Horizonte: Del Rey, 1998, p. 169-202.

_____. 10 Anos do Estatuto da Cidade: Das Lutas pela Reforma Urbana às Cidades da Copa do Mundo. *In: LabCidade*, FAUUSP, Disponível em:

<https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/07/10-anos-do-estatuto-da-cidade.pdf>. Acesso em 23 abr. 2019.

SANTOS, Milton. Do Indivíduo ao Cidadão. *In: O Espaço do Cidadão*. 4.ed. São Paulo: Coleção Espaços, 1998a, p.77-80.

SASSEN, Saskia. Why does it matter that we keep cities complex and incomplete? *In: TED Talks*, 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vHuX79hgtCY>. Acesso em 23 abr. 2019.

_____. **The Global City**: introducing a Concept. Winter/Spring 2005. Vol. XI, ISSUE 2. Copyright © 2005 by the Brown Journal of World Affairs. Disponível em: <http://www.saskiasassen.com/pdfs/publications/the-global-city-brown.pdf>. Acesso em 23 abr. 2019.

SÖDERSTRÖM, Ola; PAASCHE, Till; KLAUSER, Francisco. Smart cities as corporate storytelling. *City*, v. 18, n. 3, 2014, p. 307-320.

TRIGUEIRO, André. Evento **Connected Smart Cities**. Edição Curitiba, março 2018.

VANOLO, Alberto. Smartmentality: the smart city as disciplinary strategy. *In: Urban Studies*, v. 51, n. 5, Itália, Torino. 2014, p. 881-896.

WASHBURN, D., e SINDHU, U. Helping CIOs understand “smart city” initiatives: defining the smart city, its drivers, and the role of the CIO. **Cambridge**: Forrester Research. 2010. Disponível em <<http://c3328005.r5.cf0.rackcdn.com/73efa931-0fac-4e28-ae77-8e58ebf74aa6.pdf>>. Acesso em 23 abr. 2019.

ZÉMOR, P. Como anda a comunicação pública? **Revista do Serviço Público**, Brasília. 60 (2), p.189-195, abr-jun 2009.

